

Piso pode ter verba da covid-19

DE BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem um projeto de lei que permite que recursos públicos que foram enviados a estados e municípios para enfrentar a pandemia neste ano sejam utilizados para financiar a criação do piso salarial da enfermagem.

O projeto vai agora para análise da Câmara e, se aprovado, seguirá para a sanção presidencial. Até agosto, o saldo dos fundos municipais e estaduais de Saúde somava mais de R\$ 32,5 bilhões.

A lei que cria o piso salarial foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Bolsonaro em agosto. O Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, suspendeu o processo por entender que a lei não apontava qual seria a fonte financeira para esses pagamentos.

O piso da enfermagem estabelece o valor de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras. A Confederação

NOVA PEC

A equipe econômica deve enviar após o segundo turno ao Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para viabilizar as mudanças prometidas no Auxílio Brasil. O ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do programa. Em campanha, o presidente Jair Bolsonaro prometeu pagar em 2023 um 13º benefício às mulheres inscritas no auxílio, o que teria impacto de cerca de R\$ 10 bilhões. Nem esses recursos nem o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 estão previstos no Orçamento de 2023. Como não há espaço no teto de gastos, norma constitucional que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior, a ideia é retirar, mais uma vez, as despesas com o programa da regra. Neste ano, às vésperas da eleição, o governo enviou uma PEC para tirar do teto o aumento de R\$ 200 no Auxílio Brasil até o final do ano, o que foi criticado por especialistas e pela oposição, que viram uso político no reajuste do benefício.

Nacional dos Municípios chegou a estimar o impacto financeiro do piso em cerca de R\$ 10,5 bilhões para as prefeituras em 2023.

Com a aprovação no Senado, o Congresso dá um passo na tentativa de responder aos questionamentos do STF. Não está claro, porém, quais outras medidas serão tomadas para resolver o tema de forma estrutural, e não apenas sobre os pagamentos que deverão ser feitos no ano que vem.

“Nós vamos dar a permissão para que os estados e municípios possam utilizar recursos da Saúde que estão represados”, disse o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do projeto.

“É uma contribuição urgente que estamos dando, para ajudar estados, municípios, hospitais privados, filantrópicos e santas casas a fazerem frente ao piso nacional da enfermagem”. (EC)